PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. LUCIO MOSQUINI)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, de forma a vedar a penhora de área de imóvel rural em extensão superior ao valor da dívida executada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.105, de16 de março de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 835-A:

"Art. 835-A. Nos casos de penhora de imóvel rural, deverá ser respeitado o limite de área estritamente necessário à satisfação do crédito executado, vedando-se a constrição de extensão superior ao valor da dívida.

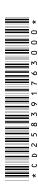
Parágrafo único. A fração do imóvel a ser penhorada será determinada com base em avaliação técnica e observará, sempre que possível, a manutenção da atividade econômica do produtor rural."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Busca a presente proposição acrescentar dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, de forma a proibir a penhora de área de imóvel rural em extensão superior ao valor da dívida executada, conferindo salvaguardas jurídicas aos produtores rurais frente a





processos de execução que, muitas vezes, resultam na penhora de imóveis rurais em extensão muito superior ao valor da dívida exequenda.

Possui como escopo, então, proteger o produtor rural, especialmente os pequenos e médios proprietários, contra execuções que ultrapassem o valor do débito e comprometam desnecessariamente sua capacidade produtiva e meios de subsistência. Dessa forma, pretende-se equilibrar o direito do credor à satisfação do crédito com a garantia dos direitos fundamentais e patrimoniais do executado.

Assim, ao exigir que apenas a fração necessária do imóvel rural seja penhorada, respeitando sua viabilidade econômica, promove-se uma execução mais justa e eficiente, coibindo abusos e assegurando a dignidade e subsistência do devedor que vive da terra.

Em resumo, o projeto pretende conciliar o direito do credor à satisfação do seu crédito com a proteção da atividade agrícola como elemento essencial da economia nacional, conforme previsto no art. 186 da Constituição, motivo pelo qual pedimos o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 2025.

Deputado LUCIO MOSQUINI

2025-6535

